

Althusser, Poulantzas, Buci-Glucksmann: desenvolvimentos ulteriores do conceito gramsciano de Estado integral*

BOB JESSOP**

Este artigo explora alguns dos modos pelos quais as análises do Estado integral e da hegemonia feitas por Gramsci nos *Cadernos do cárcere* (1929-35) foram interpretadas, criticadas e desenvolvidas nas décadas de 1960 e 1970 por dois marxistas franceses e um marxista grego radicado na França: Louis Althusser, Christine Buci-Glucksmann e Nicos Poulantzas. Embora os três tenham sido lidos essencialmente como marxistas estruturalistas, suas apropriações de Gramsci foram marcadamente distintas e, na verdade, antagônicas. Aqui não tenho espaço para apresentar o trabalho de Gramsci como ponto de referência para esse exercício, mesmo que uma leitura inocente fosse possível. Assim, inicio com a recepção, em geral crítica, que Althusser fez da filosofia da práxis de Gramsci e sua visão alternativa da ideologia e dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). Em seguida, retomarei três momentos na recepção mais positiva de Gramsci por parte de Poulantzas, notadamente no que se refere à especificidade histórica da luta burguesa pela hegemonia nacional-popular e o papel que o Estado capitalista

* Artigo publicado originalmente sob o título de Althusser, Poulantzas, Buci-Glucksmann: Weiterentwicklung von Gramscis Konzept des integralen Staats. Sonja Buckel e Andreas Fischer-Lescano (Orgs.). *Hegemonie Gepanzert mit Zwang. Zivilgesellschaft und Politik im Staatsverständnis Antonio Gramscis*. Baden-Baden: Nomos, 2007, p.43-65. Traduzido do inglês por Marcos Soares. Revisão técnica de Andréia Galvão.

** Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Lancaster. Devido à variação das datas da primeira publicação de materiais até então não publicados e de suas traduções subsequentes, as datas são dadas primeiro pela edição empregada, seguida da data de redação do manuscrito ou primeira data de sua publicação. (N.A.)

desempenha para assegurar a dominação de classe burguesa. Enfim, terminarei com a releitura filosófica que Buci-Glucksmann faz das notas de Gramsci sobre a hegemonia e o *integraler Staat (stato integrale)* nos termos de seu novo conceito de *erweiterter Staat (stato allargato)*.

Dos Aparelhos Ideológicos de Estado ao materialismo aleatório

Althusser retornou com regularidade ao tema do Estado e da política desde a publicação de *Politics and History. Montesquieu, Rousseau, Marx* (1972) e em diversas ocasiões desenvolveu sua teorização sobre o Estado, estabelecendo um diálogo com Maquiavel, Rousseau, Marx, Lenin e Gramsci. Suas contribuições mais significativas tratam da contradição e da sobredeterminação em conjunturas revolucionárias; do papel do Estado na reprodução da classe dominante, com ênfase especial nos papéis dos Aparelhos Repressivos de Estado e nos Aparelhos Ideológicos de Estado; da ideologia e da *sujeição*; do Estado como um aparelho, uma máquina e um grupo de homens armados; e das condições conducentes a uma forma durável de governo. Embora Althusser tenha, por diversas vezes, elogiado a abordagem materialista histórica do Estado desenvolvida por Gramsci, ele não levou adiante uma leitura sintomática do trabalho do escritor sardenho sobre o assunto. No máximo, ele citou a distinção que Gramsci estabelece entre a sociedade civil e a sociedade política e a importância das instituições e das organizações civis para a reprodução da dominação de classe nos campos econômico, político e ideológico. No outro extremo, acusou Gramsci de um “historicismo absoluto” e, em uma ocasião importante, rejeitou na íntegra a discussão de Gramsci sobre a hegemonia e sua recepção no pós-guerra (ver a seguir). Isso sugere que, em vez de ler os argumentos de Althusser sobre o Estado como se eles tivessem sido derivados de Gramsci, seria melhor lê-los como uma alternativa direta e crítica a ele. Na verdade, embora haja algumas semelhanças superficiais e insignificantes, suas diferenças são profundas e fundamentais.

Para nossos propósitos, o comentário mais positivo de Althusser sobre Gramsci está em *A favor de Marx*, onde ele argumenta que ainda faltava ao marxismo uma teoria adequada sobre a especificidade e a eficácia das superestruturas e que, depois de Marx e de Lenin, apenas Gramsci havia *realmente* elaborado esse aspecto, antes do próprio Althusser.¹ Ele também comenta favoravelmente o conceito ampliado de Gramsci do intelectual² e argumenta que, para uma compreensão real da sobredeterminação dos fatores econômicos, era necessário desenvolver “*a teoria da eficácia específica das superestruturas e de outras ‘circunstâncias’*”, baseando-se na “*elaboração da teoria da essência peculiar dos elementos espe-*

1 Louis Althusser. *For Marx*. Londres: New Left Books, 1969 [1965], p.114.

2 Ibidem, ver nota p.105. Cf. também Louis Althusser e Etienne Balibar. *Reading Capital*. Londres: New Left Books, 1970 [1968], p.128.

cíficos da superestrutura”.³ Uma nota de pesquisa sobre a ideologia e os AIEs, escrita em 1969 como parte de seu trabalho mais extenso sobre a reprodução, amplia o comentário anterior:

Ao que eu saiba, Gramsci é a única pessoa que avançou na direção que decidi tomar. Ele teve a ideia “singular” de que o Estado não poderia ser reduzido aos aparelhos estatais (repressivos), mas incluía, como ele mesmo disse, um certo número de instituições da ‘sociedade civil’: a igreja, escolas, sindicatos etc. Infelizmente, Gramsci não sistematizou suas intuições, que permaneceram na forma de notas penetrantes, mas parciais.⁴

Em outra ocasião, Althusser incluiu Gramsci entre os poucos marxistas que, como ele próprio, reconhecera que a classe trabalhadora *precisa da filosofia* na luta de classes.⁵ E ainda, em dois ensaios posteriores sobre Maquiavel, ele notou que Gramsci havia interpretado corretamente a exigência do florentino por um “novo príncipe num novo principado” para unificar a Itália sob um estado nacional republicano.⁶

A despeito desses elogios às reflexões de Gramsci sobre o materialismo histórico e a luta de classes e sua contribuição para a filosofia, Althusser as retoma apenas gestualmente ao desenvolver sua própria teoria sobre os aparelhos de Estado, a ideologia e a luta de classes. Isso se deve provavelmente a sua visão de Gramsci como alguém que desempenhara um papel importante na esquerda no que se refere ao desenvolvimento de um historicismo e humanismo revolucionários, sendo, portanto, um antagonista da afirmação de Althusser de que o marxismo deveria ser anti-humanista e anti-historicista.⁷ Embora ele tenha sido cuidadoso ao distinguir entre, de um lado, sua crítica às falhas de Gramsci no emprego do materialismo dialético e, de outro, o reconhecimento de suas grandes contribuições ao materialismo histórico,⁸ Althusser acaba concluindo que Gramsci “tende a fazer com que a teoria da história e o materialismo dialético coincidam com o materialismo histórico, embora elas constituam duas disciplinas distintas”.⁹ Segundo sua visão, Gramsci confunde o desenvolvimento da filosofia e da história

3 Louis Althusser. Theory, Theoretical Practice and Theoretical Formation: Ideology and Ideological Struggle. *Philosophy and the Spontaneous Philosophy of the Scientists, and other Essays*. Londres, Verso, 1990 [1965], p.113-4, em itálico no original.

4 Idem. Ideology and Ideological State Apparatuses. *Lenin and Philosophy and Other Essays*. Londres: NLB, 1977 [1970], nota p.281, traduzido do alemão por Jessop. Cf. também Louis Althusser. The Transformation of Philosophy. *Philosophy and the Spontaneous Philosophy of the Scientists, and other Essays*. Londres, Verso, 1990 [1976], p.257; e Louis Althusser. Marx in his Limits. Althusser, Louis. *The Philosophy of the Encounter*. Londres, Verso, 2006 [1978].

5 Idem. *Essays in Self-Criticism*. Londres: Verso. 1976 [1973], p.37.

6 Idem. *Machiavelli and us*. Londres, Verso, 2002 [1972-86].

7 Althusser e Balibar, op. cit., p.119-20.

8 Ibidem, p.126.

9 Ibidem, p.130.

real, não consegue fazer a distinção entre ideologia e ciência (tratando a teoria marxista, portanto, como apenas outra visão de mundo), trata o marxismo como expressão direta de um período histórico particular e, logo, como parte da superestrutura, dissolvendo, portanto, a prática teórica na prática em geral.¹⁰ Esse ataque insensato e errôneo é típico da rejeição ativa de Althusser de quase todas as escolas do marxismo que diferem de sua própria versão, qualquer que seja a que ele adote de tempos em tempos.¹¹ Isso significa que Althusser precisava desenvolver uma teoria do Estado, da ideologia e do Aparelho Ideológico de Estado em sua própria abordagem do materialismo dialético, para não se contaminar com o “historicismo absoluto” que ele identificava em Gramsci.¹² Assim, ao comentar sobre as aparentes semelhanças entre a teoria da hegemonia de Gramsci e suas próprias análises dos AIEs, ele escreveu:

Pareceu [aos meus críticos] que aquilo que eu sugeria já havia sido dito, e de modo muito melhor, por Gramsci (que realmente levantou a questão da infraestrutura *material* das ideologias, mas dando a elas uma resposta mecânica e economicista). A ideia que prevalecia era a de que eu estava discutindo a mesma coisa, no mesmo registro. Na realidade, parece-me que o trabalho de Gramsci não tem em vista o mesmo objeto... Gramsci *nunca* fala sobre os *Aparelhos Ideológicos de Estado*; seu termo é “aparelhos hegemônicos”. Isso deixa uma questão por responder: o que produziria, nos aparelhos de Gramsci, o que ele chama de hegemonia? Em resumo, Gramsci define seus aparelhos nos termos de seu efeito ou resultado, a *hegemonia*, que também é muito mal definida. Da minha parte, procurei definir os AIEs nos termos de suas “causas motoras”: a ideologia. Além disso, Gramsci afirma que os aparelhos hegemônicos são parte da “sociedade civil” (que constitui todo o conjunto deles, ao contrário da sociedade civil tradicional, que é formada pela sociedade *menos o Estado*), sob o pretexto de que eles são “privados”.¹³

A teorização sobre o Estado que Althusser propõe como alternativa¹⁴ parte das inadequações da metáfora base-superestrutura. Gramsci também havia adotado uma posição fortemente crítica em relação ao economicismo, tanto em suas formas teóricas quanto políticas; mas Althusser propôs outra solução, adotando o estruturalismo contra o humanismo e o economicismo.¹⁵ Ele identificou três regiões relativamente autônomas do modo de produção capitalista – a econômica, a política

10 Ibidem, p.130-7.

11 Gregory Elliott. *Althusser: the Detour of Theory*. Londres. Verso, 1987, p.41-5, 131; para uma rejeição bem-humorada do epíteto de historicista usado contra Gramsci, ver Christine Buci-Glucksmann. *Gramsci and the State*. Londres: Lawrence & Wishart, 1980 [1975], p.15-6, 49 e passim.

12 Para uma leitura alternativa de seu historicismo, ver Esteve Morera. *Gramsci's Historicism: a Realist Interpretation*. Londres: Routledge, 1990.

13 Louis Althusser. *Marx in his Limits*, op.cit, p.138-9, em itálico no original.

14 Idem. *Ideology and Ideological State Apparatuses*, op. cit.

15 Cf. Elliott, op. cit, p.60-3.

e a ideológica – e propôs que seus respectivos papéis e interações assimétricas eram “determinadas em última instância” pelo econômico. As regiões políticas e ideológicas adquiriam, assim, uma efetividade distinta tanto em relação à região econômica quanto à formação social capitalista como um todo. Na verdade, precisamente porque a economia não pode determinar todo o restante como uma causa sem causa, a reprodução total das relações de produção nas formações sociais capitalistas depende da intervenção de um conjunto da superestrutura formado pelo Aparelho Repressivo de Estado (ARE) e diversos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs) “relativamente autônomos”. O alcance e importância dos AIEs indicam que toda a sociedade é atravessada por relações de classe, submetidas a um poder de classe que é exercido por um conjunto de instituições, incluindo as entidades privadas, como a Igreja, os partidos, os sindicatos, a família e as associações culturais. Esse conjunto desempenha um papel crucial na manutenção da dominação burguesa e deve, por isso, ser tratado como parte do Estado e não, como em Gramsci, como parte da “sociedade civil”. Essa última noção é rejeitada com base no fato de que a distinção entre “público” e “privado” é interna ao direito burguês e, complementada por seus reflexos na ideologia jurídico-política, ajuda a manter a ditadura de classe burguesa.¹⁶

A coerência dessa combinação de regiões relativamente autônomas depende de “certa configuração *política*... imposta e mantida pela força material (exercida pelo Estado) e pelo poder moral (exercido pelas ideologias)”.¹⁷ Em contraposição, o aspecto econômico da luta de classes obedece à lógica do suplemento: as relações de produção/exploração que determinam, em última instância, a unidade complexa do Estado dependem, para sua sobrevivência, do Estado que delas é derivado; em outras palavras, dependem das relações de dominação política e ideológica suplementares que garantem sua reprodução. Tanto *Sobre a reprodução* quanto *Marx dans ses limites*, “apontam o ‘paradoxo’ do Estado capitalista. Para dar fim à exploração, primeiro é necessário desmontar o Estado que, gerado por ela, a preside – constituindo o centro da ditadura que sustenta o regime econômico capitalista”.¹⁸

Partindo dessas ideias, Althusser argumenta que, enquanto o Marxismo havia desenvolvido, com Marx, Lenin e, talvez, Gramsci, uma importante *descrição* do Estado como instrumento da dominação de classe, essa descrição havia permanecido num estágio essencialmente *pré-teórico* de desenvolvimento. Sua missão intelectual era a de dar a essa discussão uma forma teórica. Assim, ele propõe as

16 Cf. Althusser e Balibar, op. cit., nota p.162; o ensaio sobre os AIEs em *Lenin and Philosophy and other Essays*. Londres: New Left Books, 1971 (ver nota de rodapé p.142, 144); e Jacques Bidet, En guise d’introduction: une invitation à relire Althusser. Louis Althusser. *Sur la reproduction*. Paris: Presses Universitaires de France, 1995, p.11.

17 Althusser e Balibar, op. cit.

18 Goshgarian, G. M. Translator’s Introduction. Louis Althusser. *Philosophy of the Encounter*. Londres, Verso, 2006, p.xxxvii.

seguintes teses: (1) o centro do Estado é seu aparelho repressivo; (2) o Estado também inclui uma variedade de aparelhos ideológicos de Estado; (3) cada um dos AIEs tem sua ideologia e lógica próprias; (4) o Estado desempenha um papel vital na reprodução das relações de produção e faz intervenções em todas as áreas que influenciam a reprodução dessas últimas; e (5) enquanto a exploração de classe econômica for constitutiva das fundações da sociedade, o Estado deve ser mudado antes que a base econômica possa ser radicalmente reorganizada. Ele desenvolve essas teses básicas de diversos modos acentuadamente formalistas (por exemplo, nos termos das funções ideológicas secundárias dos AREs, das funções repressivas secundárias dos AIEs e das possibilidades de reversões nas funções primárias de instituições específicas), mas diz pouco sobre ideologias particulares ou sobre os mecanismos de hegemonia, e ainda menos sobre situações históricas específicas em que a hegemonia foi mantida ou entrou em crise. O que ele oferece é uma análise formal e institucionalista com tons funcionalistas, que não oferece explicação a respeito de como diferentes campos políticos e ideológicos são articulados, muito menos unificados, com exceção da afirmação, igualmente formal, de que um dos AIEs será dominante (atualmente o sistema escolar – embora Debray¹⁹ e Poulantzas²⁰ mais tarde defendam a posição de que agora são os meios de comunicação de massas que detêm esse papel).

Althusser diz pouco sobre a ideologia em geral ou sobre ideologias particulares e enfatiza sua realização através do mecanismo ideológico da interpelação e sua materialização nos AIEs.²¹ Na verdade, seus comentários sobre ideologia são na maior parte descritivos, afirmando que

[n]uma sociedade de classes, a ideologia serve não apenas para ajudar as pessoas a viverem suas próprias condições de existência e realizarem suas tarefas, mas também para ‘suportarem’ sua condição – seja a pobreza da exploração da qual são as vítimas, ou o privilégio exorbitante do poder e da riqueza do qual são os beneficiários.²²

Ou, novamente, que enquanto a ideologia está situada na superestrutura e tem sua efetividade em relação ao direito e ao Estado, ela também deve “ser pensada como algo que invade todas as partes do edifício e considerada um tipo particular de *cimento* que assegura o ajuste e a coesão entre os homens e seus papéis, suas

19 Régis Debray. *Teachers, Writers, Celebrities: the Intellectuals of Modern France*. Londres: Verso, 1981 [1979].

20 Nicos Poulantzas. *State, Power, Socialism*. Londres: Verso, 1978.

21 Cf. Paul Ricoeur. *Lectures on Ideology and Utopia*. Nova York: Columbia University Press, 1986.

22 Louis Althusser. *Theory, Theoretical Practice and Theoretical Formation: Ideology and Ideological Struggle. Philosophy and the Spontaneous Philosophy of the Scientists, and other Essays*. Londres: Verso, 1990 [1965], p.25.

funções e suas relações sociais”.²³ O que parece unificar os AIEs é seu modo comum de funcionamento. Não há indicação de que a forma possa problematizar a função, que os AIEs possam sofrer divisões causadas por contradições e lutas de classe, de que exista um papel específico para os intelectuais, as forças políticas etc. na luta de classes, ou de que a ideologia também possa ser produzida na organização da produção.²⁴ Tampouco há qualquer explicação a respeito das mediações discursivo-materiais da consolidação de ideologias em particular, conforme diferentes elementos ideológicos são selecionados e retidos em formações ideológicas específicas.²⁵ Num famoso *post-scriptum* de seu conhecido ensaio sobre os AIEs, Althusser procurou corrigir seu teor funcionalista, insistindo na primazia da luta de classes sobre as instituições.²⁶ Mas essa correção está fadada a ser meramente gestual, enquanto não se realizarem esforços sérios para que se produzam os conceitos necessários para explorar as formas e as modalidades da luta de classes através de diversos campos – tarefa que Gramsci tomou para si e que daí em diante tem sido elaborada por teóricos como Poulantzas (ver a seguir).

A crítica subsequente de Althusser aos limites teóricos e às crises do marxismo, especialmente no que se refere ao Estado, à ideologia e à organização da luta de classes, oferece importantes pistas sobre sua relação ambivalente com Gramsci.²⁷ Argumentando que Marx e Lenin não haviam desenvolvido uma teoria adequada sobre o tipo de Estado capitalista, ele apresentou uma leitura sintomática de seus trabalhos. Elaborou o caráter do Estado como um *aparelho especial* da ditadura de classe com características de uma *máquina especial*, que transforma a violência em poder legal e oculta sua natureza de classe por trás do contexto (ilusório) do poder popular e do serviço público. Nesse contexto, a luta de classes tem primazia e o combustível da máquina do Estado é a força e a violência. Além disso, embora a unidade do Estado seja precária e sua reprodução exija trabalho político sério, Althusser nega que o Estado seja inteiramente atravessado pela luta de classes. Esse comentário é uma crítica das interpretações e estratégias contemporâneas que contam com a intensificação das contradições e conflitos internos do Estado para levarem adiante uma revolução democrática.²⁸ Althusser dá sequência a essa linha de raciocínio com um ataque feroz contra a análise gramsciana da hegemonia e, indiretamente, contra as correntes eurocomunistas neogramscianas, contra Poulantzas e Buci-Glucksmann. Em particular, endossando a crítica de Perry Anderson às

23 Ibidem.

24 Cf. as críticas de Buci-Glucksmann, op. cit., p.64-7; Nicos Poulantzas. *Fascism and Dictatorship*. Londres: NLB, 1974, 1973 [1970], notas p.300-1, 305.

25 Cf. Bob Jessop. *Critical Semiotic Analysis and Cultural Political Economy. Critical Discourse Studies*, 1 (2), 2004, p.159-74; Martin Nonhoff. *Politischer Diskurs und Hegemonie. Das Projekt Soziale Marktwirtschaft*. Bielefeld: Transkript Verlag, 2006.

26 Louis Althusser. *Marx in his Limits*, op. cit., citando *Ideology and Ideological...*, p.170-2; ver também *Sur la Reproduction*, op. cit.

27 Louis Althusser. *Marx in his Limits*, op. cit.

28 Cf., a esse respeito, as contribuições de Nicos Poulantzas. *La Crise de l'État*. Paris: PUF, 1976.

antinomias de Gramsci²⁹ e adicionando seus próprios comentários, ele argumentou que, sem perceber, Gramsci fora contraditório em sua teorização do Estado, tentando explicar tudo sobre a política por meio da permuta entre apenas quatro conceitos: hegemonia, força, sociedade política e sociedade civil. Pior ainda, a hegemonia figurava três vezes nessa análise, a saber: como hegemonia, como aparelho hegemônico e como efeito hegemônico da sociedade política combinada com a sociedade civil. Além do mais, Gramsci tratou a infraestrutura econômica e o Estado como neutros, reduzindo a ideologia à cultura e escondendo “a questão da natureza material da máquina estatal por trás de uma evocação alusiva da Hegemonia”.³⁰ O resultado final seria uma análise confusa e contraditória que, de modo indiscriminado, mistura as realidades concretas da luta de classes no âmbito econômico, político e ideológico, esvaziando a hegemonia de qualquer poder teórico ou político.³¹

Tais reflexões incitaram a um retorno a outro teórico político clássico. A análise de Althusser em *Machiavel et nous* procurou teorizar o Estado e a política sem recorrer ao esquema determinístico de base-superestrutura do materialismo histórico desenvolvido por Marx e, conforme ele alega, por Gramsci. Sua proposta baseia-se num materialismo aleatório que enfatiza o devir histórico, lastreando-se na primazia do evento ou de encontros aleatórios que excluem, em princípio, a realidade ontológica de cada lei estrutural ou progressão necessária na História.³² Althusser afirma que Maquiavel levanta a questão crucial a respeito de como um Estado politicamente estável surge *ex nihilo* e fornece uma interpretação do papel do príncipe que difere radicalmente da visão de Gramsci sobre o “moderno príncipe”. Ele ainda argumenta que, ao mesmo tempo que o príncipe funda o Estado moderno, este só pode atingir estabilidade mediante uma mudança de um principado despótico para uma república baseada nas regras da lei como forma adequada do Estado moderno. Apenas essa forma de domínio político pode assegurar a reprodução da reprodução como um todo. Essa abordagem marca uma quebra epistemológica radical com a análise funcionalista da reprodução das relações de produção em seus textos sobre os AIEs, localizando tal reprodução no desenvolvimento histórico contingente e aleatório e na sucessão de formas de Estado, em oposição à natureza necessária, sobredeterminada e eterna da reprodução no ensaio sobre os AIEs.³³ Além do mais, enquanto o povo era um sujeito passivo a ser interpelado e mobilizado pelos AIEs, agora “o povo” se torna o principal foco de resistência e recusa diante dos poderes reprodutivos da repressão política e da subjetivação ideológica. A despeito dessas acomodações teóricas, Gramsci ainda desempenha um papel limitado na teorização de Althusser sobre o Estado.

29 Perry Anderson. The Antinomies of Gramsci. *New Left Review*, 100, 1976, p.5-78.

30 Louis Althusser. Marx in his Limits, op. cit, p.148.

31 Ibidem, p.139-50.

32 Miguel Vatter. Machiavelli after Marx: the Self-Overcoming of Marxism in the Late Althusser. *Theory and Event*, 2004, disponível online.

33 Ibidem.

Do historicismo à centralidade das lutas hegemônicas

Poulantzas chegou a Gramsci por seu interesse mais geral pelo marxismo italiano – incluindo a epistemologia da Escola de Della Volpe e trabalhos sobre a sociedade civil. Tratava-se de um período de transição – no qual ele se movia de uma análise existencial-marxista sartreana acerca da lei e da filosofia do direito para uma análise estrutural marxista da região do político nas formações sociais capitalistas –, um período no qual Poulantzas não apenas escreveu sobre a filosofia do direito e sobre aspectos jurídico-políticos do Estado, mas também sobre o estruturalismo marxista de Althusser, sobre a noção gramsciana de hegemonia e sobre o marxismo historicista de teóricos britânicos como Anderson e Nairn. Durante essa transição, Althusser forneceu-lhe os meios *filosóficos* para quebrar com o “sobreontologismo”³⁴ do existencialismo de Sartre, e, assim, ultrapassar uma explicação humanista e historicista do Estado capitalista; enquanto Gramsci, por outro lado, forneceu-lhe os conceitos *substantivos* que lhe permitiram situar suas ideias sobre a lei e o Estado num contexto mais amplo das sociedades capitalistas.

Poulantzas tinha reservas sobre os méritos do trabalho de Gramsci quando entrou em contato com ele em 1964-68. Pois Gramsci era frequentemente visto na Itália e na França como um marxista ocidental que enfatizava a luta de classes em detrimento das circunstâncias materiais e limitações estruturais. Ecoando essa opinião (presente sobretudo na formulação de Althusser), Poulantzas apontou que as análises políticas de Gramsci eram frequentemente prejudicadas pelo historicismo de Croce e Labriola e deviam ser usadas com cuidado.³⁵ Assim, embora elogiasse suas contribuições para a análise da hegemonia, Poulantzas tentou se distanciar do historicismo ao enfatizar as fundações estruturais do poder de classe e as diferentes modalidades e possíveis disjunções entre níveis da luta de classes.³⁶ Ele continuou a manter uma distância saudável de Gramsci a partir daí – embora as razões de Poulantzas tenham mudado, conforme o autor modificava suas próprias posições teóricas e políticas.

Entretanto, desde seu primeiro encontro com os escritos de Gramsci, ele se interessou por sua abordagem da ideologia e da hegemonia como exercício de liderança política, intelectual e moral. Poulantzas sugeriu que a liderança hegemônica era o traço central que definia o poder de classe nas sociedades capitalistas avançadas, que, em sua opinião, eram baseadas economicamente num

34 “Sur-ontologisme” é o termo usado por Poulantzas em *Nature des choses et droit: essai sur la dialectique du fait et de la valeur* (Paris: R. Pichon e R. Durand-Avzias, 1965) para identificar uma ênfase exagerada em questões ontológicas a expensas da pesquisa concreta. Poulantzas argumenta que há uma ambiguidade no trabalho de Sartre, considerando que a análise ontológica constantemente sobrepõe-se à análise econômico-social (Cf. Bob Jessop. *Nicos Poulantzas Marxist Theory and Political Strategy*, 1985, especialmente Cap. 2, Existentialism, Marxism, and Law).

35 Nicos Poulantzas. *Political Power and Social Classes*. Londres: NLB, 1973 [1968], p.39, 138-9, 194-7, 200-1; e *Marxist Political Theory in Great Britain*. *New Left Review*, 43, 1967 [1966], p.68.

36 Ver especialmente *Political Power...*

individualismo possessivo e, politicamente, na cidadania individual em um Estado nacional. Ele também chamou a atenção para a ênfase de Gramsci no papel crucial do Estado (entendido em termos gerais) na mediação e na organização da hegemonia do bloco no poder, assim como na desorganização das classes subalternas. Ele apresentou essas ideias pela primeira vez em “Préliminaires à l’étude de l’hégémonie dans l’état”.³⁷ Um segundo passo foi iniciado com a integração dessas ideias em sua análise marxista mais estrutural em *Poder político e classes sociais*. Essas ideias ainda influenciaram teoricamente o terceiro estágio de seu desenvolvimento, quando ele fez uma mudança significativa em seu trabalho sobre o Estado capitalista, mas tiveram um papel bem menor em suas ideias sobre estratégias políticas revolucionárias.

Em suas “Observações preliminares”, Poulantzas empregou Gramsci para criticar a abordagem instrumental-voluntarista do marxismo ortodoxo. Ele insistiu no fato de que o Estado deve ser tratado como um conjunto estrutural específico que acarreta efeitos próprios sobre a reprodução de uma sociedade dividida em classes e de que as classes não têm uma consciência abstrata e unificada, mas são constituídas como forças políticas pelo próprio Estado.³⁸ Enquanto as relações capitalistas de produção criam o espaço institucional para um tipo de Estado e políticas diferentes daquelas características do feudalismo, é o papel historicamente único da hegemonia como princípio organizador do Estado capitalista que determina suas formas e funções específicas. Enquanto nas relações sociais pré-capitalistas ainda faltava uma separação clara entre as esferas econômicas, políticas ou sociais, o capitalismo se assenta em uma separação institucional entre a esfera privada da sociedade civil (a esfera da troca econômica) e a esfera pública da política. Isso cria uma oposição entre os interesses privados dos produtores tomados individualmente na esfera econômica e seus interesses políticos comuns em um quadro ordenado que possibilite as relações de troca. A organização da vida econômica em termos da produção de mais-valia e de trocas mediadas pelo mercado permite um modo distintivo, *sui generis*, de dominação política de classe que não se restringe a um monopólio formal do poder político. Os Estados “econômico-corporativos” das sociedades escravocratas ou feudais eram baseados no princípio monárquico ou no direito divino e excluía abertamente as classes exploradas da participação efetiva na esfera política. Eles dependiam – assim como os Estados burgueses em períodos excepcionais – da força para impor os interesses econômicos privados imediatos da classe dominante. De outro lado, o Estado capitalista normal é compatível com o poder popular e pode delegar a responsabilidade secular do Estado ao seu “povo”. O “povo” participa na política, pelo sufrágio universal, como *cidadãos* formalmente livres e iguais, mais do que conforme sua capacidade

37 Nicos Poulantzas. Préliminaires à l’étude de l’hégémonie dans l’état. *Les Temps Modernes*, p.234-5, 862-96, 1048-69, 1965.

38 Ibidem, p.866-9.

de *produtores*. O Estado burguês “hegemônico” deve, portanto, garantir (pelo menos de maneira formal e abstrata) o interesse universal e geral de todos os seus cidadãos como condição de sua legitimidade. Ele faz isso pela mediação entre os interesses “privados” que competem entre si e seu interesse geral e “público”.³⁹ O embate político está orientado para o controle dessa instância universalizante e requer que a classe dominante apresente seus interesses específicos como aqueles da nação como um todo. Assim, a política é constituída como o campo da hegemonia nacional-popular mais do que de confronto de classes.⁴⁰

Para Poulantzas, seguindo Gramsci, o Estado moderno não pode servir de modo inequívoco aos interesses econômicos imediatos da(s) classe(s) dominante(s). Enquanto os interesses de classes conflitantes no Estado pré-moderno estavam sujeitos, no melhor dos casos, a compromissos marginais e mecânicos e o poder político era fragmentado, o Estado capitalista deve ter um aparelho unitário e autônomo para organizar a hegemonia. Só então ele pode impor sacrifícios econômicos de curto prazo para as classes dominantes a fim de assegurar sua dominação política de longo prazo. Os intelectuais e a luta de classes ideológica são cruciais aqui, pois todas as relações sociais nas sociedades capitalistas aparecem como relações de consentimento sustentadas, caso necessário, pelo recurso à violência constitucionalizada e legítima.⁴¹ Isso vale não apenas para as relações políticas entre a classe dominante e a dominada, mas também para aquelas entre as diferentes frações da classe dominante. A diversidade de seus interesses requer que eles sejam unificados num bloco no poder (*Block an der Macht*) através da hegemonia de uma fração específica do capital. O Estado de tipo capitalista desempenha um papel central na organização desse bloco e na garantia do consentimento ativo das classes subalternas.⁴²

A análise poulantziana da ideologia deve muito a Gramsci e Althusser. Ele criticou três visões comuns: primeiro, a visão de que o poder estatal é a expressão imediata da consciência de classe da classe politicamente dominante *qua* sujeito da História; segundo, que a unidade de uma formação social é um efeito da imposição de uma visão de mundo específica de um sujeito da classe hegemônica; e terceiro, que as “ideias dominantes de uma época são as ideias da classe dominante”, cuja unidade é tomada *a priori*.⁴³ Tais argumentos devem ser rejeitados, porque negam qualquer autonomia intrínseca à superestrutura política na qualidade de um nível específico da formação social.⁴⁴ Como indicado acima, a alternativa de Poulantzas era enfatizar o significado do “bloco no poder” como uma unidade contraditória

39 *Ibidem*, p.870-6.

40 *Ibidem*, p.880-2.

41 *Ibidem*, p.882-93.

42 *Ibidem*, p.1061-6.

43 *Ibidem*, p.864, 868, 870-1; *Marxist Political Theory...*, op. cit, p.62-4; cf. Althusser, Louis. *Marx in his Limits...*, op. cit., p.136-7.

44 *Political Power...*, op. cit, p.42, 199-200.

de várias classes e frações de classe e insistir nas mediações institucionais e organizacionais cruciais envolvidas para assegurar a coesão e a hegemonia desse *Block an der Macht*. Ele também enfatiza as possibilidades de disjunção entre as diferentes formas de dominação de classe (econômica, política e ideológica) e/ou entre o conteúdo de classe aparente da ideologia dominante e seu papel objetivo em assegurar ideologicamente a dominação de classe.⁴⁵ A disjunção e a correspondência entre diferentes níveis devem ambas estar relacionadas a sua articulação numa complexa “estrutura com dominante”, analisada por Althusser, e ao papel da ideologia dominante de “cimentar” a formação social, como indicado por Gramsci e, num contexto diferente, por Althusser (ver acima).

Esses resumos mostram que temas centrais da teoria de Poulantzas sobre o Estado têm origem direta em Gramsci e antecedem sua adoção de certas posições do marxismo estruturalista, diretamente inspiradas pela releitura sintomática de Althusser dos textos econômicos, políticos e filosóficos de Marx, Lenin e Gramsci. Entretanto, o encontro entre Poulantzas e Althusser levou o primeiro a rejeitar dois temas de sua problemática inicial gramsciana. Primeiro, numa mudança que, na verdade, o trouxe mais próximo à própria posição de Gramsci, rejeitou sua distinção anterior entre a “sociedade civil” e o Estado como a base para teorizar a distinção entre interesses particulares e universais, porque tal distinção apontava que as bases da sociedade civil eram a troca e a circulação, mais do que a produção. E, segundo, Poulantzas se tornou mais ambivalente a respeito do conceito de Gramsci de hegemonia devido a sua suposta contaminação pelo historicismo e procurou purificá-lo ao fundar sua necessidade, de maneira ainda mais firme, na especificidade histórica do modo de produção capitalista e suas distintas formas de Estado.

Essa mudança se reflete na organização do primeiro livro de Poulantzas sobre a teoria do Estado, *Pouvoir politique et classes sociales* (1968). Inspirado pelo marxismo estruturalista de Althusser, ele argumentou que um estudo científico do Estado de tipo capitalista exige três desenvolvimentos teóricos inter-relacionados: (a) uma *teoria geral* dos modos de produção, das sociedades divididas em classes, dos Estados e da política – todos vistos isoladamente em relação a modos de produção específicos; (b) uma *teoria específica* do modo de produção capitalista que determine o lugar e as funções exatas do Estado e da política em sua estrutura geral; e que explique porque o Estado difere institucionalmente no próprio capitalismo; e (c) uma *teoria regional* do Estado e da política capitalista.⁴⁶ Althusser forneceu os conceitos de materialismo dialético e histórico para o primeiro passo e a teoria inicial sobre a autonomia relativa do Estado e da política capitalista no segundo passo. Por sua vez, a teoria jurídico-política (em especial Pashukanis)

45 Marxist Political Theory..., op. cit, p.65; *Political Power...*, op. cit, p.41, 89-91, 155, 171, 203.

46 *Political Power...*, op. cit, p.12, 16-8, 142.

forneceu conceitos-chave para a identificação da matriz institucional específica do Estado de tipo capitalista que era necessária para completar o segundo passo e fazer a ponte para o terceiro. Assim, Poulantzas definiu a forma normal do Estado capitalista como um território soberano baseado nas regras da lei no qual a(s) classe(s) dominante(s) não detinha(m) o monopólio formal do poder de classe. O direito e a ideologia jurídico-política duplicavam, portanto, a “fratura” da esfera econômica “privada” na constituição do público como “cidadãos” individuais e/ou categorias políticas isoladas umas das outras. Diante disso, o papel do Estado é produzir um “efeito unificador” que compense esse “efeito de isolamento” nas relações econômicas e políticas. Logo, o Estado é visto como uma unidade pública estritamente política (ou seja, não econômica) do povo-nação, tomada como a soma abstrata de sujeitos legais formalmente livres e iguais.⁴⁷

É ao analisar a forma substantiva dessa coesão e unidade que Poulantzas se volta novamente a Gramsci, para indicar como essa forma reproduz a dominação de classe. Pois o Estado capitalista executa duas funções complementares, porém contrastantes. Primeiro, deve impedir qualquer organização política das classes dominadas que possa dar fim a seu isolamento econômico e/ou a sua fragmentação social, permitindo que elas lutem como uma força unida. E, segundo, deve agir sobre as classes ou frações de classe dominantes para cancelar seu isolamento econômico e assegurar a unidade do bloco no poder e sua hegemonia sobre as classes dominadas.⁴⁸ Isso ocorre sob a liderança de uma classe específica, que consegue apresentar seus interesses políticos gerais como aqueles do povo-nação como um todo. Esse processo envolve uma negociação de interesses contínua e conflituosa num “equilíbrio instável de forças” (citando Gramsci) e requer concessões materiais reais (embora limitadas) aos interesses “econômico-corporativos” das classes subordinadas.⁴⁹ Esse duplo papel é possível porque a separação formal entre o Estado-nação soberano e a economia capitalista de mercado permite concessões econômicas de curto prazo e manobras políticas de longo prazo; e porque sua forma como um Estado democrático constitucional encoraja as principais forças políticas a ligarem seus interesses ao “nacional-popular” (ou universal).⁵⁰ As concessões efetuadas para manter a coesão social numa sociedade dividida em classes também ajudam a desorganizar as classes dominadas e a reforçar a aparência de que o Estado democrático promove o interesse geral. Em resumo, o poder estatal deve ser visto em termos relacionais, ou seja, como fundado num equilíbrio instável entre forças de classe mais do que no monopólio de uma única classe (ou fração).⁵¹

47 Ibidem, p.125, 133-4, 188-9, 213-6, 223-4, 276-9, 288, 291, 310, 348-50.

48 Ibidem, p.136-7, 140-1, 188-9, 284-9.

49 Ibidem, p.137, 190-1.

50 Ibidem, p.190.

51 Ibidem, p.191-3.

Em argumentos que remetem fortemente às afirmações de Gramsci, Poulantzas examina como o tipo capitalista de Estado funciona como o partido político das classes dominantes e ajuda na direção-organização do bloco no poder em face de suas divisões internas. Um bloco no poder é uma relação orgânica de longo prazo que se estende pelos campos econômico, político e ideológico e sua durabilidade depende da capacidade de uma classe de transformar seus interesses econômicos num projeto político que faz avançar os interesses comuns de todas as classes dominantes através da exploração econômica e da dominação política.⁵² A explicação mais clara da liderança da classe hegemônica pode ser encontrada em *Fascismo e ditadura* (1970), que mostra como os partidos e/ou os Estados fascistas estabeleceram as condições *estruturais* para a *hegemonia* do grande capital; e como a ideologia fascista ajudou a assegurar sua liderança política, intelectual e moral. Mas Poulantzas não explica como políticas e programas específicos consolidaram seu apoio e neutralizaram a resistência durante os vários estágios do período fascista. Entretanto, esse se tornaria um tema central em seu trabalho sobre o estatismo autoritário na década de 1970.⁵³

Poulantzas também sugere que a hegemonia nacional-popular e a hegemonia no interior do bloco no poder geralmente se concentram na mesma classe ou fração. Entretanto, enquanto a hegemonia sobre o bloco no poder depende da posição *política* ocupada pela classe hegemônica no circuito do capital, a hegemonia popular depende da capacidade *ideológica* de definir o interesse geral do povo-nação.⁵⁴ Mas ele também reconhece que essas duas formas de hegemonia podem ser deslocadas ou podem se desenvolver de forma desigual. Mas, em todos os casos, é a forma geral do Estado ou regime que é crucial; pois os laços específicos entre classes e partidos em conjunturas particulares podem variar consideravelmente sem mudar as relações políticas fundamentais no interior do bloco no poder e suas determinações através da matriz institucional geral do Estado.⁵⁵ Aqui e em análises anteriores, Poulantzas baseia-se enormemente em Gramsci, assim como em Marx, Engels e Lenin, de quem extrai uma variedade ampla de conceitos mobilizados em sua análise de lutas políticas concretas no nível da “cena política”, assim como os padrões estruturais de dominação de classe que os sustentam. Entretanto, em comparação com os escritos do próprio Gramsci, pouca atenção real é dada ao papel dos intelectuais a esse respeito.

Poulantzas escreveu seu primeiro trabalho teórico importante sobre o Estado antes que Althusser tivesse introduzido os conceitos de Aparelhos Repressivos e Aparelhos Ideológicos de Estado. Ele se referiu a eles pela primeira vez em sua crítica a Miliband⁵⁶ e, em seguida, integrou-os a sua própria teoria do Estado em

52 Ibidem, p.239.

53 Cf. Nicos Poulantzas. *State, Power, Socialism...*, op. cit.

54 *Political Power...*, op. cit. p.240.

55 Ibidem, p.314-21.

56 Nicos Poulantzas. The Problem of the Capitalist State. *New Left Review*, 58, 1969, p.67-78.

suas análises do fascismo⁵⁷ e em seus estudos teóricos e empíricos posteriores.⁵⁸ Seguindo Althusser, ele define os AIEs nos termos de sua principal função – a inculcação e a transmissão ideológica em oposição à repressão – e também insiste que eles são parte do sistema estatal. Isso porque ajudam a manter a coesão social (que é a função genérica do Estado) e porque suas operações dependem do apoio indireto dos AREs. Também aponta, com Althusser, que os AIEs têm um grau maior de autonomia entre si e em relação aos AREs do que as diferentes ramificações destes últimos, cuja autonomia é menor. Ainda assim, cada modificação importante do Estado afeta não apenas os AREs, mas também as relações entre os AIEs, assim como entre os AIEs e os AREs. Portanto, a transição para o socialismo deve não apenas dissolver os AREs, mas também transformar os AIEs.⁵⁹

A teoria de Poulantzas sobre o fascismo elabora e critica essas posições. Ele argumenta que as únicas ideologias são as ideologias de classe e que o conceito de AIEs deve ser relacionado de forma rigorosa à luta de classes e, a partir desse contexto, afirmou que a abordagem de Althusser sobre os AIEs era abstrata e formal. Ele aponta que Althusser derivou a “unidade” dos AIEs de sua suposta permeabilidade em relação à ideologia dominante produzida pela classe que detém o poder do Estado. Isso é inadequado porque equaciona a ideologia dominante com os “mecanismos da ideologia em geral”. Daí essa unidade ignorar as contradições ideológicas intensas no interior dos AIEs que nascem da luta entre os “porta-vozes ideológicos” de diferentes classes e ignorar os deslocamentos em potencial no poder do Estado entre os AREs e os AIEs.⁶⁰ Poulantzas também sugere que Althusser não pode estabelecer a autonomia relativa dos AIEs – seja entre eles, seja em relação aos AREs – e sugere ele próprio que tal autonomia se funda diretamente na luta de classes ideológica que atravessa esses aparelhos.⁶¹ Poulantzas também nota que quando a classe trabalhadora é incapaz de conquistar os AIEs e os AREs, permite que a burguesia se reconstitua como classe dominante através de bastiões entre os AIEs. Isso teria acontecido, por exemplo, na União Soviética.⁶² De modo mais amplo, Poulantzas argumenta que os AIEs constituem com frequência os “refúgios” privilegiados de frações e classes não hegemônicas, podendo constituir não apenas os últimos vestígios de poder para frações e classes em declínio, mas também as primeiras oportunidades de avanço para frações e classes ascendentes.⁶³ Finalmente, ele nota que as lutas das massas populares repercutem nos AIEs e exercem uma influência marcante sobre aqueles

57 Idem. *Fascism and Dictatorship*, op. cit.

58 Idem. *Classes in Contemporary Capitalism*. Londres: New Left Books, 1975; *State, Power, Socialism...*, op. cit.

59 Idem. *The Problem of the Capitalist State*, op. cit, p.76-9; cf. Idem. *Sur la Reproduction*, p.179-186.

60 Idem. *Fascism and Dictatorship*, op. cit, notas p.300-1, p.304-5.

61 Ibidem, p.304.

62 Ibidem, p.230-3.

63 Ibidem, p.230-1, 308; cf. *State, Power, Socialism...*, op. cit.

que – como sindicatos e partidos “social-democratas” – buscam a integração das massas.⁶⁴ Em resumo, levando em conta a luta de classes e a resultante do “jogo” do poder de classe criado entre os AREs e os AIEs, não se pode postular, como fez Althusser, um mecanismo de ideologia em geral para explicar a operação dos AIEs, nem assumir que os aparelhos de Estado operam de modo unificado.

Essas ideias são desenvolvidas em *O Estado, o poder, o socialismo*, em que o argumento é que o Estado desempenha um papel central na constituição das classes sociais porque recorre à repressão física organizada e também intervém na organização das relações ideológicas e da ideologia dominante. De fato, a ideologia dominante é corporificada nos aparelhos de Estado e constitui um poder essencial da classe dominante. Enquanto os AIEs têm um papel central na elaboração, na doutrinação e na reprodução dessa ideologia, esse papel também é desempenhado pelos AREs e o Aparelho Econômico de Estado (AEE) – que, argumenta-se, é distinto dos AREs e dos AIEs.⁶⁵ Na elaboração desses argumentos, entretanto, Poulantzas admite que o par AIE/ARE é, no melhor dos casos, descritivo e nominalista, não compreendendo a importância do AEE no Estado contemporâneo, que constitui o ponto onde grande parte do poder da fração hegemônica da burguesia se concentra.⁶⁶

Poulantzas também amplia a ideia do Estado integral, partindo da análise política e ideológica para as relações econômicas. Ele estudou as classes sociais nos termos de sua “reprodução ampliada”, no lugar da perspectiva econômica “estreita” que olha seu lugar na produção, na distribuição e no consumo. Sua abordagem abrange as relações econômicas, políticas e ideológicas e envolve o Estado e a divisão entre trabalho, intelectual e manual, assim como o circuito do capital e das relações não capitalistas de produção. De fato, Poulantzas sempre colocou as relações sociais de produção nesse sentido expandido ou integral no centro de suas análises da luta de classes. Ele também viria a analisar a reprodução social nos termos da reprodução das condições inter-relacionadas entre economia, política e ideologia que têm impacto sobre a acumulação.⁶⁷ Isso pode ser visto como uma extensão criativa importante das ideias de Gramsci, remetendo em parte a sua reinterpretação do conceito de *mercado determinado* de Ricardo, assim como suas notas sobre o Americanismo e o Fordismo e os problemas de transferência desse novo modo de crescimento e socialização para a Europa.⁶⁸

64 Idem. *Fascism and Dictatorship*, p.309.

65 Idem. *State, Power, Socialism...*, op. cit, p.28.

66 Ibidem, p.33.

67 Idem. Las clases sociales. F. Fernandes et al. *Las clases sociales en America Latina*. México: Siglo XXI, 1973, p.96-126; idem. *Classes in Contemporary Capitalism*, op. cit. e especialmente *State, Power, Socialism...*, op. cit.

68 Para uma discussão sobre o assunto, Derek Boothman, Gramsci als Ökonom. *Das Argument*, 185, 1991, p.57-70; Bob Jessop e Ngai-Ling Sum. Gramsci as a Proto-Regulationist and Post-Regulationist. Jessop e Sum. *Beyond the Regulation Approach: Putting Capitalist Economies in their Place*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2006, p.348-73.

A despeito desses diversos empréstimos e afinidades, a teoria do Estado de Poulantzas não pode ser reduzida a sua matriz gramsciana. Desde seu primeiro contato, ele criticou Gramsci e procurou remediar suas supostas falhas pela integração de seu trabalho num quadro teórico mais amplo. Por exemplo, afirmou que Gramsci não havia localizado a especificidade das várias regiões da sociedade capitalista nos termos de sua matriz institucional. No lugar de estabelecer a característica articulação das regiões econômica, política e ideológica no capitalismo, ele operou com um contraste simples entre o caráter híbrido das sociedades feudais, decorrente do enxerto da política na economia, e a separação entre “sociedade civil” e Estado no capitalismo.⁶⁹ Essa crítica é bastante imodesta considerando que Poulantzas adotou a mesma posição em seus próprios comentários preliminares sobre a hegemonia e o Estado (1965, ver acima). De uma perspectiva mais ampla, embora Poulantzas concorde que o Estado se envolve ativamente na constituição e na modificação de um equilíbrio instável de compromisso, ele apontou melhor do que Gramsci como isso ocorre através da materialidade institucional específica do tipo de Estado capitalista e suas diferentes formas, em diferentes estágios e em diferentes conjunturas. Em compensação, Gramsci estava mais bem sintonizado com as diversas e variadas modalidades pelas quais as forças sociais procuravam manter a dominação de classe e a coesão social, desde a hegemonia inclusiva, passando pela revolução passiva, até os mecanismos de força, fraude, corrupção e a guerra de classes direta e aberta.

Assim, Poulantzas interpretou o *poder* estatal como uma condensação, *determinada pela forma*, da correlação de forças nas lutas políticas e politicamente relevantes. Isso exige atenção a dois aspectos do sistema estatal: (a) à forma do Estado como um conjunto institucional complexo, caracterizado por um padrão específico de “seletividade estratégica” que reflete e modifica o equilíbrio de forças de classe; e (b) à constituição das próprias forças de classe e suas estratégias, incluindo sua capacidade de refletir e responder às seletividades estratégicas inscritas no interior do aparelho estatal como um todo. Gramsci tinha pouco a dizer sobre isso em termos concretos, em parte talvez devido à fluidez do caso italiano e, em parte, devido a seu interesse mais geral nas bases sociais do poder estatal, mais do que nos detalhes da constituição institucional.

O Estado, o poder, o socialismo parece marcar um afastamento parcial em relação a Gramsci, já que Poulantzas passa a sofrer a influência da abordagem relacional emergente e das ideias foucaultianas. Assim, o foco de Poulantzas muda, partindo da liderança hegemônica de classe em direção a outros dois tópicos: (a) à incoerência prodigiosa das micropolíticas promovidas pelo Estado; e (b) ao papel do Estado na codificação estratégica dessas microrrelações. Ele também argumenta que, em geral, não há uma estratégia política global e racionalmente

69 Nicos Poulantzas. *Political Power*, op. cit., p.139-40.

formulada e que a linha geral da dominação política de classe (ou hegemonia?) em geral surge *post hoc* de uma plethora de microestratégias e táticas mediadas pelo terreno estrategicamente seletivo do Estado. Isso parece colocar em dúvida o conceito da liderança hegemônica de classe, dissolvendo-o em favor de uma perspectiva mais foucaultiana do que gramsciana. Poulantzas também argumenta que Gramsci não havia dado a devida importância à democracia representativa, ao pluripartidarismo e à regra da lei para uma transição para o socialismo democrático. Isso estaria associado com certo “panpoliticismo” em Gramsci, que se reflete em seu tratamento do conjunto da sociedade civil como essencialmente político e sua visão do partido comunista como o centro através do qual todas as várias esferas “privadas” são coordenadas e subordinadas a uma estratégia política global. Ao contrário, Poulantzas vê o Estado como um arcabouço institucional que cristaliza as contradições e os conflitos de classe nele mesmo e pode, portanto, ser derrotado de dentro. A mesma preocupação emerge na afirmação de Poulantzas de que a estratégia gramsciana da guerra de posição ainda é leninista, porque trata o Estado como uma entidade monolítica a ser cercada. Em oposição a esses supostos problemas em Gramsci, Poulantzas clama uma revolução copernicana no pensamento político socialista.

Da crítica do economismo ao Estado expandido

A grande obra de Buci-Glucksmann, *Gramsci e o Estado* (1975), é uma reconstrução original da análise do Estado de Gramsci em torno de um conceito novo: o Estado ampliado. Há alguma confusão sobre o significado desse novo termo, tanto para Gramsci quanto para Buci-Glucksmann. Como nota de Guido Liguori, o próprio Gramsci escreve sobre *lo stato integrale*, o Estado em seu sentido inclusivo, em vez do *stato allargato* (ou Estado ampliado). Mas adiciona que o *Caderno 6*, que é o texto crucial nessa discussão, apresenta a famosa formulação do Estado como “sociedade política + sociedade civil”, como “Hegemonie gepanzert mit Zwang”, e termos similares de modo a justificar esse novo conceito.⁷⁰ Minha opinião, entretanto, é que, embora seja errado ver uma convergência entre a teoria de Gramsci sobre *lo stato integrale* e a ideia do *stato allargato*, este último termo é útil para compreender a especificidade histórica do Estado em um período particular. Em outras palavras, enquanto o conceito de *stato integrale* (o Estado em seu sentido inclusivo) tem um valor metodológico geral, ao tratar o Estado como um conjunto de relações sociais que é sempre, mesmo que diferencialmente, imerso em um conjunto mais amplo de relações sociais, o conceito de *stato allargato* tem um valor histórico específico, ligado a estágios específicos do desenvolvimento capitalista e/ou a variedades do capitalismo.

A própria Buci-Glucksmann parece indicar isso no Prefácio para a tradução

⁷⁰ Guido Liguori. *Stato-società civile*. Fabio Frosini e Guido Liguori (Orgs.). *Le Parole di Gramsci*, Roma: Carocci, p.208.

inglesa de *Gramsci et l'État* (1980). Ela nota que, para o autor, o Estado ampliado se refere *tanto* a uma reorientação na teoria marxista geral do Estado *quanto* a uma expansão do Estado capitalista em um período particular do desenvolvimento capitalista.⁷¹ De modo consistente com isso, o texto principal se refere tanto à “expansão gramsciana do conceito de Estado” como “sociedade política + sociedade civil”⁷² quanto à expansão profunda do aparelho hegemônico na era do Americanismo e do Fordismo na organização da produção e nas relações de consumo, assim como nos vários campos da superestrutura.⁷³ Uma ponte possível entre essas posições é sua sugestão de que o “Estado integral” é uma forma distinta do Estado capitalista que superou a fase “econômico-corporativa” da construção do Estado e é capaz de governar através da “hegemonia protegida pela couraça da coerção”.⁷⁴ Entretanto, esse Estado integral poderia assumir diversas formas, e não apenas aquela típica do Americanismo e do Fordismo.⁷⁵ Portanto, parece válido distinguir entre (a) o *Estado em seu sentido inclusivo* (sociedade política + sociedade civil) como um conceito teórico para a análise do Estado capitalista que permitiu a Gramsci contrastar o Estado em seu sentido restrito (o governo *tout court*) e seu sentido amplo ou integral e, portanto, identificar os limites teóricos e políticos do instrumentalismo e do voluntarismo, assim como as variações empíricas e as complexidades da intervenção do Estado durante as crises;⁷⁶ e (b) o conceito histórico do *Estado ampliado* como uma articulação particular do Estado em seu sentido inclusivo. Esse segundo significado é, certamente, aquele usado na discussão posterior de Buci-Glucksmann e Therborn sobre o Estado de Bem-Estar Social social-democrata keynesiano nos trinta anos de expansão econômica do pós-guerra (1982; cf. McEarchen 1990). A importância dessa distinção é reforçada pelo recente “retorno” neoliberal do Estado ampliado de maneira que transformaram significativamente a articulação entre a “sociedade política + sociedade civil”, produzindo uma nova forma de Estado capitalista (cf. Poulantzas, 1978, sobre o estatismo autoritário; Hirsch, 1995, sobre o *nationale Wettbewerbsstaat*; e Jessop, 2002, sobre os regimes de trabalho schumpeterianos pós-nacionais).

Nada disso deve nos desviar da importância da cuidadosa reconstrução e contextualização que Buci-Glucksmann faz das análises teórica e politicamente sofisticadas de Gramsci sobre o poder estatal. Enquanto Althusser o considerava um idealista incurável na tradição de Hegel, Croce, Gentile etc., e Poulantzas tentou salvá-lo de sua contaminação pelo historicismo, Buci-Glucksmann leu Gramsci como um teórico que procurava uma nova estratégia revolucionária

71 Christine Buci-Glucksmann. *Gramsci and the State*, op. cit. Cf. Guido Liguori, op. cit, p.209-10, 213-15, 220-221.

72 Ibidem, op. cit. p.68, 70, 72, 91-2, 111, 273.

73 Ibidem, p. 83-6.

74 Ibidem, p.90-1, 274-5, 280-1, 283-5.

75 Ibidem, p.280, 310-24.

76 Ibidem, p.92-3, 100-10.

apropriada para o Ocidente, em uma era de política de massas marcada por uma crise do movimento dos trabalhadores em face de sua derrota diante do fascismo e da virada histórica representada pelo Americanismo e pelo Fordismo, e pela forma de Estado que lhe é correspondente. Poderíamos descrever tal período como aquele quando o *Estado integral* começa a crescer, tornando-se, assim, um *Estado ampliado*. De qualquer modo, a partir de 1924, Gramsci dirigiu todas as suas reflexões políticas para o desenvolvimento da teoria da hegemonia e suas implicações teóricas e políticas. De acordo com Buci-Glucksmann, ele argumentou que a crise do movimento dos trabalhadores era também a crise de uma certa forma de marxismo, de uma análise falsa e unilateral do Estado. Ele foi, portanto, o primeiro marxista a desafiar uma concepção instrumental do Estado baseada numa distinção mecanicista e economicista entre a “infraestrutura” e as “superestruturas”,⁷⁷ e fez isso ao desenvolver a ideia da ampliação do Estado (*die Erweiterung des Staates*) e ao explorar suas implicações para a estratégia revolucionária. Em particular, ele introduziu (a) os conceitos inter-relacionados de hegemonia, intelectuais orgânicos, ideologia orgânica, aparelho da hegemonia, bloco histórico e “Estado expandido” para discutir as aporias das superestruturas; e (b) uma nova estratégia revolucionária baseada no desenvolvimento máximo do momento superestrutural do poder de classe para criar uma liderança política, intelectual e moral antes da resolução militar final da luta de classes.⁷⁸

Discutirei essas duas inovações em separado, mas, antes, devo apontar que esta seção não poderia resumir o trabalho filológico importante no qual e pelo qual Buci-Glucksmann reconstrói o desenvolvimento intelectual e político de Gramsci. Este ensaio explora seu uso das ideias de Gramsci (reconstruídas e interpretadas por ela) sobre o Estado integral e o Estado ampliado. Sobre a natureza da hegemonia, Buci-Glucksmann retoma, como Poulantzas,⁷⁹ a distinção conhecida que Gramsci estabelece no *Caderno 3* entre o Estado medieval e o capitalista:

No Estado antigo e medieval, tanto a centralização político-territorial quanto a social (a primeira sendo uma função da segunda) era mínima. Num certo sentido, o Estado era um bloco mecânico de grupos sociais, frequentemente de raças diferentes. Sob a restrição e a pressão político-militar que pesava sobre eles, e que podia às vezes assumir uma forma aguda, os grupos subalternos mantinham uma vida própria, com instituições específicas.⁸⁰

Ainda citando Gramsci, ela diz que o Estado moderno substitui esse bloco mecânico de forças sociais, com a subordinação dos grupos subalternos à he-

77 Ibidem, p.x.

78 Ibidem, p.260, 263, 268-70.

79 Nicos Poulantzas. *Préliminaires a l'étude...*, op. cit., e *Political Power...*, op. cit.

80 Citado por Buci-Glucksmann, op. cit, p.274.

gemonia ativa do grupo dominante. Ele abole certas formas de autonomia, que renascem em outras formas: partidos, sindicatos, organizações culturais. Essa transição de um bloco mecânico para um bloco orgânico é precisamente o “bloco histórico” no poder. Consequentemente, “a história dos Estados é a história das classes dominantes”.⁸¹ O bloco histórico envolve mais do que alianças de classe ou uma fusão de trabalhadores e intelectuais em uma genérica “frente de classe”. Pois ele pressupõe uma classe dominante que pode exercer hegemonia e um grupo social que pode assegurar a homogeneidade do bloco histórico (isto é, os intelectuais orgânicos).⁸² Ele também pressupõe um aparelho hegemônico, ou seja, um “conjunto complexo de instituições, ideologias, práticas e agentes (incluindo os “intelectuais”), [que] ... encontra sua unidade apenas quando a expansão de uma classe está sendo analisada”.⁸³ A esse respeito, deve-se notar que um aparelho hegemônico envolve muito mais do que AIEs *à la* Althusser: pois abrange não apenas o papel dos intelectuais, mas também é usado para analisar diferentes formas de transformação política do jacobinismo à revolução passiva.⁸⁴

Ao propor essa nova abordagem e, em particular, o conceito de bloco histórico, “Gramsci procurou... manter, nas novas condições da guerra de posição, duas teses fundamentais do marxismo e do leninismo: (1) a economia é determinante em última instância; (2) a política tem primazia sobre a economia: ela está “no comando”. Mas essas duas teses exigem novas descobertas, uma nova investigação do Estado em suas relações com o bloco histórico”.⁸⁵ Em outras palavras, “o bloco histórico nem escapa do papel determinante em última instância da economia, nem dos antagonismos de classe, nem do Estado, que faz parte das superestruturas”.⁸⁶ Ao desenvolver esse conceito, ele também pode resistir a argumentos economicistas e espontaneístas que enfatizavam apenas ou o determinismo econômico ou a ação política. Além disso, Gramsci ressaltou a realidade material das ideologias e sua localização em um aparelho hegemônico que fazia parte integral do Estado.⁸⁷ Pois o bloco histórico gramsciano “é cultural e político tanto quanto econômico e exige uma relação orgânica entre o povo e os intelectuais, os governantes e os governados, os líderes e os liderados”.⁸⁸

Em segundo lugar, no que se refere à estratégia revolucionária, ao contrário de Poulantzas, que se apropriou dos conceitos de Gramsci essencialmente para entender a constituição da hegemonia burguesa no tipo de Estado capitalista e que

81 Ibidem, p.274.

82 Ibidem, p.275-9; cf. Hugues Portelli. *Gramsci et le bloque historique*. Paris, 1972.

83 Buci-Glucksmann, op. cit., p.48.

84 Ibidem, p.48-60.

85 Ibidem, p.277; cf. Louis Althusser. *Sur la reproduction...*, p.112, sobre a relação entre a economia e a política.

86 Buci-Glucksmann, op. cit., p.278.

87 Ibidem, p.277-9; cf. Louis Althusser. *Ideology and Ideological State Apparatuses*, op.cit.

88 Buci-Glucksmann, op. cit., p.286.

continuou a se basear por algum tempo em uma concepção vanguardista leninista de estratégia revolucionária proletária, Buci-Glucksmann não apenas enfatiza a natureza do Estado integral para a hegemonia burguesa, mas também suas implicações para a estratégia revolucionária. Assim, enquanto nem Althusser nem Poulantzas utilizaram a distinção entre “Oriente” e “Ocidente” ou entre “guerra de posição” e “guerra de manobra”, Buci-Glucksmann as considera essencial para uma compreensão exata do “Estado integral” em sua mudança para o Estado ampliado e, *a fortiori*, para a estratégia revolucionária. Desse modo, ao comentar a Nova Política Econômica, ela escreve que:

a insistência de Gramsci numa liderança política hegemônica de massa, a importância que ele deu às superestruturas na construção do socialismo e às relações orgânicas que ele percebeu necessárias entre os líderes e os liderados, sugerem que, para ele, como para Lenin em 1922, o que estava envolvido era acima de tudo uma aliança política baseada na organização do consentimento, a luta por um Estado “integral” que mantivesse uma relação forte entre cultura e prática. O conceito de Gramsci de hegemonia no bloco histórico socialista é mais amplo que a concepção economicista de Bukharin.⁸⁹

O proletariado tinha de construir o socialismo baseado em uma unidade orgânica e não mecânica do movimento dos trabalhadores.⁹⁰ Desse modo, os *Cadernos do cárcere* de Gramsci enfatizavam que o processo revolucionário no Ocidente só pode ser um processo de massa, no curso do qual o “Moderno Príncipe”, a vanguarda do partido, deve lutar para ganhar as massas e combater as raízes do reformismo e do corporativismo, ou seja, deve se engajar em uma “guerra de posição” antes de avançar para uma resolução político-militar final através de uma “guerra de manobra”. Esse objetivo estratégico é diametralmente oposto à estratégia de revolução permanente. De fato, uma estratégia de ataque frontal nas condições das sociedades capitalistas desenvolvidas reproduziria o economicismo e estava fadada a ser derrotada.⁹¹ Em resumo, Gramsci estabeleceu ligações fortes entre a estratégia da guerra de posição e a luta por um novo bloco histórico, mediante as quais o movimento revolucionário deveria lutar pela conquista do poder estatal em um sentido integral, em vez de obter apenas uma parcela no exercício dos poderes governamentais existentes. Isso depende, por sua vez, de uma gnosiologia política das superestruturas.⁹²

Buci-Glucksmann e Therborn desenvolveram essas ideias sobre a transformação histórica do Estado capitalista em uma importante análise de diversas formas

89 Ibidem, p.263

90 Ibidem, p.270.

91 Ibidem, p.270-1.

92 Ibidem, p.281-2.

de socialismo e social-democracia na Europa e em outros lugares em seu livro *Le Défi Social-Démocrate* (1981). Partindo de algumas observações gerais sobre diferentes tradições socialistas, eles aplicam a noção de “Estado ampliado” ao compromisso institucionalizado e à forma estatal do Fordismo atlântico do pós-guerra. Nesse sentido, sua análise parece dever muito, direta ou indiretamente, às análises da escola de regulação parisiense.⁹³

Mais especificamente, eles argumentam que o Estado de Bem-Estar Social keynesiano, que corresponde ao regime de acumulação fordista, amplia (*erweitert*) o campo da política e do Estado e, *a fortiori*, também amplia o campo de lutas pela hegemonia.⁹⁴ O Estado não está situado fora da economia e não intervém do lado de fora, mas desempenha um papel constitutivo crucial na reprodução expandida da economia. Além disso, no lugar de um Estado que assegurou a dominação política pela atomização das massas na sociedade civil, o Estado agora as organiza ao aceitar sua presença mais ou menos direta, de maneira mais ou menos corporativista, no interior do Estado. Em resumo, em vez de permanecer do lado de fora do Estado, as classes dominadas são agora representadas no seu interior.⁹⁵ Pois a política se insere diretamente no campo do desenvolvimento econômico, penetrando a reprodução, a assistência médica, a educação, a vida familiar etc. Nesse contexto, o local crucial da ampliação do Estado é o Estado de Bem-Social, reorganizado em linhas fordista-tayloristas, generalizando normas de consumo de massa e bem-estar trabalhista, desde a força de trabalho organizada até a população como um todo.⁹⁶ Isso produz uma mudança radical nas relações entre a classe trabalhadora (outrora estigmatizada como as “classes perigosas”) e o Estado baseado no fordismo, no taylorismo e no keynesianismo, na negociação coletiva lastreada no sindicalismo responsável, num compromisso político tripartite institucionalizado, em um Estado de Bem-Social expandido e na urbanização.⁹⁷ Nesse contexto, os partidos social-democratas se tornam cada vez mais clientelistas, corporativistas, interclassistas e tecnocráticos.⁹⁸ As fronteiras entre o público e o privado também são modificadas com o resultado que o Estado ampliado se torna um local de alianças e compromissos permanentes. Como tal, o Estado de Bem-Estar keynesiano deve ser estudado não apenas nos termos Estado/economia, mas também nos termos Estado/massas. Isso envolve

93 Michel Aglietta. *A Theory of Capitalist Regulation: the US Experience*. Londres, Verso, 1979 [1976]; Alex Demirovi. et al. (Orgs.). *Hegemonie und Staat: kapitalistische Regulation als Projekt and Prozeß*. Münster: Westfälisches Dampfboot, 1992; Alain Lipietz, *Akkumulation, Krisen und Auswege aus der Krise*. Einige methodologische Anmerkungen zum Begriff der „Regulation”. *Prokla*, 58, 109-000, 1985.

94 Ver: Christine Buci-Glucksmann e Göran Therborn. *Le défi social-démocrate*. Paris: Maspero, 1981, p.118-9.

95 Ibidem, p.128-30.

96 Ibidem, p.121-5.

97 Ibidem, p.120.

98 Ibidem, p.131.

uma conexão necessária entre Estado/capital e Estado/massas através do papel que o Estado assume na articulação de um modelo de desenvolvimento econômico e de um modelo hegemônico.⁹⁹

Em resumo, os quatro fatores centrais do Estado ampliado são: (1) a política salarial fordista baseada em uma negociação coletiva tripartite; (2) uma relação política lastreada em acordos mais do que na cidadania individual; (3) as instituições superestruturais do estatismo de bem-estar social keynesiano; e (4) o emprego do planejamento racional no lugar de um mercado liberal ou de uma economia de comando.¹⁰⁰ A crise desse Estado ampliado surge a partir de 1965, se acelerou política e culturalmente em 1968-70 e se tornou economicamente grave a partir de 1974, pondo em dúvida sua viabilidade organizacional e sua legitimidade. Os autores identificam duas possíveis saídas dessa crise orgânica: um retorno ao corporativismo liberal (Suécia) ou o crescimento do estatismo autoritário (Alemanha).¹⁰¹ É desnecessário dizer que a crise do Estado ampliado se intensificou e desenvolveu desde que Buci-Gluksmann e Therborn finalizaram seu livro e, se, por um lado, a tendência ao estatismo autoritário tem certamente aumentado,¹⁰² por outro, também tem havido transformações significativas na natureza do Estado capitalista que afetam suas formas de intervenção econômica e social, sua escala e escopo de operações e suas formas de governo e governabilidade.¹⁰³

Conclusões

Os três autores considerados aqui interpretaram o trabalho de Gramsci sobre o Estado e a hegemonia de modos bem diferentes. Althusser rejeitou a “filosofia da práxis” de Gramsci como historicista, mas aprovou certas conclusões “histórico-materialistas” sobre a natureza ideológica e repressiva do aparelho de Estado. Em seguida, desenvolveu sua própria análise estrutural – e em parte funcionalista – do aparelho de Estado como um mecanismo especial de dominação de classe. Polantzas seguiu Althusser ao discernir certas tendências historicistas na obra de Gramsci, mas buscou descontaminá-la ao integrar alguns dos conceitos centrais de Gramsci em uma teoria regional (mais tarde relacional) mais detalhada do tipo capitalista de Estado. Nesse sentido, ele se interessou mais pelos modos através dos quais o Estado democrático burguês desorganizou as classes subalternas e organizou um bloco no poder capitalista ao promover o desenvolvimento de

99 Ibidem, p.130.

100 Ibidem, p.130-6.

101 Ibidem, p.149ss.

102 Cf. Nicos Poulantzas. *State, Power, Socialism*, op. cit; Bob Jessop. *Veränderte Staatlichkeit: Veränderungen von Staatlichkeit und Staatsprojekten*. Grimm, D. (Ed.). *Staatsaufgaben*. Frankfurt: Suhrkamp, 1996, p.43-74.

103 Cf. Joachim Hirsch, Bob Jessop e Nicos Poulantzas. *Die Zukunft des Staates: Denationalisierung, Internationalisierung, und Renationalisierung*. Hamburg: VSA Verlag, 2001; e Bob Jessop. *The Future of the Capitalist State*. Cambridge: Polity Press, 2002.

uma hegemonia nacional-popular. Ele mostrou pouco interesse explícito pela análise de Gramsci sobre a importância das guerras de posição e de manobra, aderindo de início a uma posição vanguardista marxista-leninista e, mais tarde, desenvolvendo sua própria estratégia revolucionária baseada na combinação de lutas mantidas a uma distância do Estado, lutas no interior do aparelho de Estado e lutas para transformar o aparelho de Estado. Buci-Glucksmann mostrou um interesse mais detalhado e maior familiaridade com o trabalho de Gramsci, do qual permaneceu bastante próxima. Ela realizou uma atenta leitura “filológica” (ou, em termos althusserianos, “sintomática”) de seu trabalho antes e depois de 1924, data que marcou, a seu ver, uma virada decisiva em suas análises teóricas e políticas. Também aplicou os argumentos que se desenvolveram após essa quebra em termos metodológicos gerais ao enfatizar a importância real do Estado em seu sentido inclusivo (*lo stato integrale*) e suas ligações com o ético-político, com os intelectuais orgânicos e com o bloco histórico. Além disso, atenta a algumas observações de Gramsci, ela desenvolveu uma leitura original do “Estado ampliado” (*lo stato allargato*) como produto de uma transformação específica do Estado capitalista que seguiu a crise do capitalismo liberal e o crescimento do americanismo e do Fordismo. De modos diferentes, esses textos demonstram que a obra de Gramsci permanece um “clássico” uma vez que, embora as respostas que ela dá aos problemas teóricos e políticos por ela identificados no período entreguerras não possam mais ser consideradas válidas, esses problemas ainda são pertinentes e provocativos e merecem estudo e elaboração séria na procura de melhores respostas.

o ato no qual os deputados do Terceiro Estado insurgiram-se contra uma decisão do rei e decidiram redigir uma Constituição. O projeto, porém, não se realizou, apesar de sua importância – “grande e sublime” –, e da inventividade do pintor, que logrou formular o ineditismo do tema de modo inovador, como mostrou o desenho apresentado no Salão de 1791. Seu fundamento político se esfacelara e o quadro perdera sua razão de ser, conforme anunciou David em setembro de 1792. Isso liquida a questão? Não. A não pintura, como negativo do desenho, é hoje inseparável deste. Duas faces de uma mesma moeda, ambas contam de uma promessa desenhada e de sua negação – de uma modernidade desdobrada em seu outro.

Palavras-chave: David; revolução; cosmos; Nação.

Abstract: The canvas of the *Jeu de Paume* (Tennis Court) Oath is a non-painting and a synthesis-form of modernity. Commissioned by the Assembly (1790) to the painter David, the canvas would celebrate the event in which the Third Estate deputies opposed a resolution by the king and decided to write a constitution. The project however did not come to fruition, in spite of its “great and sublime” importance, and of the painter’s inventiveness, who managed to express the theme’s novelty in an innovatory manner, as it is shown by the drawing presented in the 1791 Salon. Its political foundation had vanished and the picture had lost its *raison d’être*, as David announced in September 1792. Does that settle the matter? No. The non-painting, as the drawing’s negative, is now inseparable from it. Two sides of one and the same coin, both tell of a promise drawn and of its negation – of a modernity unfolded in its other.

Keywords: David; revolution; cosmos; Nation.

Althusser, Poulantzas, Buci-Glucksmann: desenvolvimentos ulteriores do conceito gramsciano de Estado integral

BOB JESSOP

Resumo: Este artigo explora alguns dos modos pelos quais as análises do Estado integral e da hegemonia feitas por Gramsci nos *Cadernos do cárcere* (1929-35) foram interpretadas, criticadas e desenvolvidas nas décadas de 1960 e 1970 por três marxistas radicados na França: Louis Althusser, Christine Buci-Glucksmann e Nicos Poulantzas.

Palavras-chave: Estado integral; Estado ampliado; hegemonia.

Abstract: This article explores some ways in which Gramsci’s analyses of the integral state and hegemony in the *Prison Notebooks* (1929-35) were interpreted, critiqued and developed during the 1960s and 1970s by three Marxists based in France: Louis Althusser, Christine Buci-Glucksmann, and Nicos Poulantzas.

Keywords: Integral State; expanded State; hegemony.